

**DISCURSO DO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DE MOÇAMBUQUE, CARLOS ALBERTO
CAUIO, POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE DO
NOVO BASTONÁRIO**

MAPUTO, 28 DE ABRIL DE 2008

Hoje, ao concluir os mandatos que me foram outorgados, as minhas primeiras palavras são de agradecimento e reconhecimento à minha família, pelo apoio, ânimo e força que me deu para que pudesse cumprir a árdua e honrosa missão de dirigir os destinos da nossa Ordem, nesses dois mandatos que vivi intensamente e que foram de inteira consagração aos superiores interesses da advocacia moçambicana e à causa do Direito, da Justiça e da Liberdade.

Movido pelo mesmo sentimento, agradeço, comovido, a inestimável colaboração dos ilustres e leais companheiros do Conselho Directivo, da Mesa da Assembleia- Geral e do Conselho Jurisdicional. O mesmo sentimento de gratidão estendo-o aos insignes Delegados das nossas Delegações e aos membros da Comissão dos Direitos Humanos da nossa Ordem.

Por igual, devo manifestar o meu reconhecimento a todos os colegas, quaisquer que tenham sido as suas posições ao longo destes dois mandatos, e aos trabalhadores da Ordem, pela sua dedicação e entrega abnegada ao trabalho em todos os momentos da dura e árdua jornada que termina, para mim, nesta tarde solene e festiva. O nome de todos merece aqui ser registado, mas creio que nenhum se ofenderá se agradecer em particular à Luisa Boa e ao Eurico Vasco Cau, que me aturaram diariamente durante os dois mandatos e a quem pedi algumas vezes mais do que o razoável e de quem sempre obtive muitíssimo mais e melhor do que o exigível.

Senhora Ministra da Justiça

A presença de Vossa Excelência neste acto solene constitui para nós, advogados, bem como para a Ordem que nos congrega, uma elevada honra e estímulo.

Na pessoa de Vossa Excelência saúdo o mais Alto e Distinto Magistrado da Nação, o Lutador pela Liberdade e pelas liberdades,

direitos e garantias individuais dos cidadãos, Sua Excelência o Presidente da República, a quem dignamente representa neste acto.

Por isso, a presença de Vossa Excelência, em representação do Chefe de Estado, significa o reconhecimento inequívoco do importante papel que a Ordem dos Advogados, independente e autónoma, desempenha na Administração da Justiça, Justiça que é assunto de Estado e de interesse de toda a Sociedade.

Senhora Ministra da Justiça

Ao saudar Vossa Excelência quero saudar igualmente todos os convidados que tanto nos honram com a sua presença.

Uma palavra de gratidão e simpatia dirigo a todos os representantes das organizações congéneres estrangeiras. Permitam-me que saliente a presença dos dignos representantes das Ordens amigas, nomeadamente, Luís Filipe Pizarro, membro do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados de Angola, Vincent Saldanha, Co-Presidente da Law Society of South Africa, Cyril Maphnaga, Paul Shilubane e Mbuso Simelane, em representação da Law Society of Swaziland, cuja presença empresta a este acto uma dimensão internacional. Esta minha saudação é extensiva à Open Society Initiative For Southern Africa-OSISA, representada nesta cerimónia pelo Senhor Leopordo Amaral

Saúdo e agradeço a presença amiga dos Bastonários e Presidentes das Ordens e Associações Sócio-Profissionais nacionais aqui presente, organizações com quem a nossa Ordem deve continuamente aprofundar a colaboração e reconhecimento mútuos.

Aqui fica também a minha saudação aos órgãos de comunicação social que têm levado tão longe as actividades da Ordem dos Advogados e, através deles, a nossa Ordem atravessou fronteiras.

Senhora Ministra da Justiça,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Conta a lenda que Deus despachou os seus anjos para a Terra, dando-lhes a incumbência de trazer à sua presença o desenhador com o melhor retrato dos Céus.

Muitos foram os contactados. Cada um foi apresentando o seu desenho: papéis de fina qualidade, textura, tinta, cores, grafismo, movimento, criatividade, tudo se misturava em paisagens de deslumbramento. Um a um Deus foi observando, mas os desenhos desfaziam-se a um simples sopro do Todo Poderoso, até que apareceu um pedreiro de feições enrugadas, vestido modestamente, com um papel amarelecido e borrado. Esboçava um desenho simples de uma casa sem cores e sem requintes. Deus tomou o papel, olhou, olhou, soprou e, de maneira surpreendente para os presentes, a casa não se desfez. Sólida, em suas linhas sóbrias, estava ali, no julgamento do Todo Poderoso, o melhor desenho dos Céus. Cada compartimento tinha função adequada. Tudo se encaixava. Forma e fundo, planos e espaços, curvas e rectas uniam-se, compondo a harmonia do conjunto. As manchas borradas no papel eram marcas do suor da face do velho pedreiro.

Deus comoveu-se com a imagem dos Céus feita daquela forma. E a ele deu o prémio. Era uma casa modesta, porém, sólida e construída com muito amor.

Confesso, Excelências, que, nesta hora da despedida, uma hora de perdas e encontros, o meu sentimento volta-se para a imagem do modesto pedreiro que deu a cada compartimento da sua Casa uma função, lapidando, com suor de seu rosto, a imagem de funcionalidade que imaginava para o reino dos Céus.

Se, da minha parte, não consegui preencher os compartimentos da Casa dos Advogados, a Ordem, com os conteúdos adequados à sua finalidade, no tempo que a dirigi, confesso que o papel amarelecido do amanhã exibirá, pelo menos, as manchas do suor que brotaram dos esforços para conferir brilho e grandeza a um pedaço da história da Ordem dos Advogados de Moçambique, pois tentei, disso sei, tudo até ao limite das minhas forças para os preencher.

A Casa está em pé e a funcionar, a partir do nada, *ex nihilo*, como diziam os romanos. Quando fomos eleitos, para além de falta de meios financeiros, humanos e materiais, não tínhamos referências no País de uma organização similar, o que exigiu de nós esforços para que a nossa Casa, a Ordem dos Advogados, atingisse o estágio de funcionalidade em que hoje se encontra.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No tocante às actividades da gestão que ora finda, não quero cansar o egrégio auditório com uma exaustiva prestação de contas, que seria longa e fastidiosa, das inúmeras realizações do Conselho Directivo que tive a honra de presidir. Aliás este não é o forum próprio.

Por outro lado, não devo nem quero ser juiz de minha actuação no exercício da minha função de Bastonário. De facto, não obstante a imensa e sincera vontade de acertar, terei, por certo, à força da falibilidade humana, cometido erros.

Assim, se cumpri e como cumpri as minhas atribuições de Bastonário, cabe o julgamento à intrépida classe dos advogados. Quando aceitei na altura, a pedido de colegas, o desafio de me candidatar ao cargo de Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, dizia no Manifesto/Programa, cito “ ***Sabemos que os lugares para que nos propomos serão- neste primeiro mandato***

dos órgãos da Ordem- de intensa luta e trabalho. Sabemos que o que há para fazer é muito e limitados os meios para o fazer. Sabemos que seremos julgados pelo que fizermos e pelo que deixarmos de fazer”, fim da citação.

Diz-me, contudo, a consciência-farol e bússola da minha vida- que fiz quanto pude para desempenhar os meus deveres funcionais, combatendo em todas as trincheiras na defesa da Constituição, dos princípios democráticos e dos interesses nacionais. Fiz o que pensava que era certo para a nossa organização, para os advogados e advogados estagiários e para o País.

Por isso, permitam-me, entretanto, que relacione algumas acções a que nos dedicamos no período da nossa administração à frente da Ordem dos Advogados de Moçambique, seja no plano corporativo, seja no plano institucional, inclusive no campo internacional, no qual a Ordem marcou presença em reuniões e congressos acontecidos em Países da SADC, da CPLP, do Continente Africano, da Europa, da Ásia e da América.

Dois mandatos de um quinquénio cada, francamente longos no tempo em abstracto, são bem pequenos para que, no primeiro mandato, o mandato de instalação da nossa Casa, se realizasse com sucesso esta tarefa, para que os mandatos subsequentes se ocupassem com prioridades de outras acções. Com efeito, o tempo passa realmente no turbilhão das tarefas, sem deixar muitas oportunidades de ir comparando o já realizado com o prometido fazer.

Este, é, também, um verdadeiro momento de exame de consciência. E, ao fazê-lo, podemos verificar, com orgulho, que embora ambicioso, o **Programa** a que nos propusemos **foi em certa medida cumprido**. Aos que nos diziam, porventura com mais realismo do que o nosso idealismo, que não era viável realizá-lo nos dois mandatos, podemos dizer que não receamos analisar

ponto por ponto as propostas para as confrontar com a realidade vivida.

Não há nisto, acreditem-nos, uma atitude de vaidade ou de triunfalismo. Procuramos afirmar o que afirmamos com objectividade. Reparem que dissemos que o cumprimento foi **”..em certa medida..”**, o que pressupõe uma bem razoável dose de humildade.

Temos plena consciência de que em quase todos os planos era necessário ir mais longe e sectores houve em que ficamos muito aquém do que tínhamos prefigurado. Referimo-nos, sobretudo, à questão da Sede. Não logramos ainda êxitos palpáveis no concernente à obtenção do financiamento total para a reabilitação das instalações cedidas pelo Governo, não obstante esforços encetados e em curso. Dos esforços encetados note-se que a União Europeia gentilmente financiou o estudo e elaboração do Projecto de Reabilitação. Relativamente à segunda fase, a de intervenção arquitectónica, isto é, reabilitação propriamente dita, a Embaixada da Noruega havia se disponibilizado a co-financiar com o valor de 1,5 milhões de coroas, equivalentes, na altura, a 160.000 dólares americanos, desde que provássemos ter obtido o valor total necessário. Por outro lado, do Governo Moçambicano conseguimos um co-financiamento no valor correspondente a dez por cento (10%) do valor total necessário para efectivação da reabilitação. Do Instituto Português de Desenvolvimento-IPAD tínhamos conseguido o financiamento no valor de setecentos e cinquenta mil (750.000,00) euros e, quando estávamos nos preparativos para a assinatura do Protocolo de Entendimento, com envolvimento activo do Embaixador de Portugal em Moçambique, houve mudança de Governo em Portugal, que entendeu não incluir nas suas prioridades, no âmbito da cooperação, construção ou reabilitação de edifícios.

Entretanto, com o apoio da Open Society Initiative For Southern Africa-OSISA, conseguimos assinar com a nossa congênera internacional, a International Bar Association-IBA e com a própria OSISA, um Projecto de Capacitação Institucional, pelo período de um ano, de 2004 a 2005, financiado pela primeira, que nos permitiu instalar um Secretariado Executivo Permanente e instalações para sede provisória da nossa Ordem, onde está minimamente instalada, a título de arrendamento. Esta acção foi precedida de um estudo-diagnóstico da situação da nossa instituição, seguido de um seminário que culminou com a elaboração do Programa de Desenvolvimento e Capacitação Institucional, do qual se elaborou o Plano Estratégico.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Podemos afirmar hoje publicamente que a Ordem dos Advogados deu um salto importante no uso dos novos meios de comunicação e informação. Instalamos uma **página na internet**, permitindo aos usuários aceder às informações e publicações da Ordem.

No âmbito da defesa dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, criámos a **Comissão dos Direitos Humanos** e o **Gabinete de Patrocínio e Consulta Jurídica Gratuita**, para cidadãos carentes de meios financeiros, de modo a contribuir para a realização do direito constitucional de acesso à Justiça, que é o mais elementar dos direitos do cidadão, como estímulo de uma cidadania activa, pois sem Justiça não há democracia digna desse nome e, muitos menos, cidadania que se preste. Para este caso, celebramos entendimentos com escritórios de advocacia, através dos quais estes disponibilizam os seus advogados para, com os advogados estagiários na terceira fase, garantirem esse patrocínio e assistência jurídica com a qualidade desejada. Um Protocolo, nesse sentido, já foi firmado com a ***Pimenta & Associados***.

Criamos Delegações na Beira, em Nampula e aprovamos o respectivo Estatuto-Tipo. Criamos uma Comissão Instaladora da Delegação de Quelimane.

Para que se tenha o conhecimento efectivo do contingente de advogados no País, iniciamos a instalação de um **banco de dados**, com cadastramento nacional dos advogados, por gênero, por idade, por data de inscrição, por inscrição em vigor, por delegação ou cidade.

Elaboramos o Ante-Projecto de revisão do Estatuto da Ordem e promovemos o respectivo debate em Assembleia Geral da organização. Após harmonização com outras instituições que directa ou indirectamente intervêm na administração da Justiça, de quem recebemos relevantes contribuições, submetêmo-lo à Assembleia da República para aprovação.

Instituímos o sistema de estágio para os candidatos à advocacia. Cientes da inadequação do actual sistema, criamos uma Comissão para a sua revisão, cujo trabalho final depende, sobremaneira, da aprovação da proposta da revisão do Estatuto.

Concebemos e aprovamos *os modelos de Toga*, de *Carteira Profissional* e de *Logotipo*

Hoje, graças ao esforços empreendido junto às entidades pertinentes, temos em algumas esquadras da Polícia e tribunais do País, a *Sala do Advogado*. Gostaríamos que isso se verificasse em todas as esquadras e tribunais do País, incluindo no Tribunal Supremo.

No âmbito da produção legislativa, para além de produzimos pareceres sobre Projectos de Lei, estivemos, por diversas vezes, em eventos e de audiências públicas, em especial, com a nossa permanente presença na discussão dos projectos como os da

Revisão da Constituição da República, no qual conseguimos que o legislador constitucional reconhecesse o papel indispensável da advocacia na administração da Justiça, que veio, assim, a ser consagrado através do artigo 63 da Lei Fundamental, conferindo assim, dimensão constitucional à advocacia. Participamos na revisão do Código de Processo Civil, na reevisão da Lei do Trabalho, precedido de um debate entre advogados, no seminário que organizamos para o efeito; na revisão da Lei da Orgânica dos Tribunais Judiciais, no qual conseguimos a consagração legal da intervenção do Bastonário na sessão solene de abertura do ano judicial e o dever de hurbanidade por parte dos magistrados judiciais para com os advogados; na revisão da Lei Orgânica do Ministério Público e do Estatuto do Magistrado do Ministério Público; na Lei do Jogo; no Projecto de alteração da Lei que protege trabalhadores e candidatos a emprego vivendo com HIV/SIDA; no Ante-Projecto de Revisão do Código Penal e na revisão pontual do Código de Processo Penal, cujo processo ainda está em curso, entre outros. Participamos igualmente no Estudo Preliminar sobre o Projecto de Lei sobre o Estigma e Discriminação de pessoas vivendo com VIV/SIDA e na elaboração da Visão da Justiça.

No âmbito da comunicação social colaboramos com a TVM num programa denominado “**Justiça e Ordem**”, transmitido na própria TVM, através do qual um membro da Ordem dos Advogados, semanalmente, presta assistência e aconselhamento jurídico públicos.

Para além da página da Ordem na internet, editamos, embora sem a regularidade desejada, a brochura “**Relação dos Advogados**” com informação indispensável sobre cada membro e o **Boletim**, denominado “**O AVOGADO**”, pois entendemos serem veículos importantes de informação.

No âmbito da formação, realizamos, ao nível interno, cursos de formação, nomeadamente sobre direitos humanos, tendo membros nossos participado ao nível internacional e regional em diversos cursos, com destaque para os membros da nossa Comissão dos Direitos Humanos. Promovemos, por outro lado, seminários e palestras, ao nível da capital do País e nas capitais provinciais, nomeadamente na Beira, Quelimane, Tete e Nampula.

Participamos na discussão com vista a definição do actual Currículum da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane.

Instalamos, com apoio do então Banco de Desenvolvimento e Comércio-BDC que ofereceu à Ordem dos Advogados um acervo considerável de obras, uma das melhores bibliotecas jurídicas do País, em termos de obras de matéria da actualidade, cujo processo de catalogação de livros ainda está em curso.

A missão social da Ordem esteve sempre viva a nível nacional, por meio de movimentos voltados à cidadania, à ética na política, como se pode constatar dos nossos pronunciamentos públicos, dos nossos comunicados de imprensa e da nossa participação nos processos eleitorais como Observador, da qual emitimos sempre o respectivo um relatório final.

Mantivemos, através dos referidos pronunciamentos públicos e dos comunicados de imprensa, a permanente atitude cívica contra a corrupção, desfraldando a bandeira da ética na política e na sociedade.

Denunciamos e agimos prontamente nos casos em que se criaram entraves ao exercício da profissão ou se atentou contra esta, como, por exemplo, a negação de acesso reservado aos constituintes, as ofensas causadas ao jovem colega Aquinaldo, para o que, além do apoio moral que lhe foi prestado, interviemos publicamente nos

principais órgãos de comunicação social, denunciando o sucedido e mantivemos uma forte pressão junto da Procuradoria da República e das autoridades para que os responsáveis pelo acto fossem levados à justiça, como sucedeu.

No plano externo, a nossa presença nos palcos institucionais ocorreu de forma intensa. Logo após a nossa tomada de posse, no primeiro mandato, promovemos e participamos na criação da **Associação dos Advogados da SADC** (*SADC Lawyers' Association*), cuja Assembleia Constitutiva se realizou em Maputo, e fomos eleitos seu primeiro Presidente, com reeleição para o segundo mandato. Promovemos e participamos, por outro lado, na criação do **Conselho Permanente dos Bastonários e Presidentes das Ordens e Associações de Advogados de Língua Oficial Portuguesa**, depois transformado em **União dos Advogados de Língua Portuguesa-UALP**. Participamos igualmente na criação da **Associação de Juristas dos Países de Língua Portuguesa**.

Assinamos com a Ordem dos Advogados Portugueses um Protocolo de Cooperação, à luz dos Estatuto da nossa Ordem e do Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária celebrado entre a República de Moçambique e a República Portuguesa, que permitia, entre outros, a inscrição de advogados de cada uma das Ordens na Ordem do País de acolhimento, cuja aplicação, entretanto, se encontra suspensa por deliberação da Ordem dos Advogados de Moçambique.

Temos relações excelentes com organizações congêneres da região, com as Ordens dos Advogados da CPLP e com a Associação dos Advogados de Macau.

Mantivemos ligações privilegiadas com a International Bar Association- IBA que, como referimos, com o apoio da OSISA, financiou o Projecto de instalação do nosso Secretariado Permanente e proporcionou à Ordem melhores instalações, a título

de arrendamento, para sua sede provisória. Relações idênticas mantivemos com a União Internacional de Advogados-UIA.

Há muito a ser dito, mas esse pequeno retrato serve para assinalar aspectos que consideramos importantes trazer neste momento de despedida, de perdas e reencontros.

Sofrerei com perdas, sim. Principalmente as perdas do convívio com os maravilhosos funcionários, os dirigentes da nossa Ordem, os dirigentes e membros das delegações, as advogadas e os advogados que me assistiram, me ajudaram, me deram a motivação para estar sempre bem disposto, com a sua alegria, solidariedade e carinho.

Levarei comigo a chama imortal da amizade, que estará sempre acesa no meu coração, aquecendo o cantinho onde as pessoas queridas têm sempre abrigo.

Obrigado, amigas, obrigado, amigos, pela inestimável ajuda.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Neste momento solene em que, com a consciência do dever cumprida, irei transmitir o cargo de Bastonário ao colega Gilberto Caldeira Correia, quero agradecer a todos que compartilharam, quer no Conselho Directivo, quer nos diversos cargos ou funções administrativas da Ordem, dos deveres do exercício dos dois mandatos.

Quero também, nesta oportunidade, reiterar o apoio que recebi de todos os titulares dos diversos órgãos e comissões da Ordem, que honraram o compromisso histórico da nossa instituição com a defesa do Estado Democrático de Direito e suas instituições.

Somos das poucas entidades corporativas que, por dever estatutário, não se ocupa apenas dos interesses de seus filiados.

O nosso Estatuto compromete-nos com a defesa da Constituição, da ordem jurídica democrática, dos direitos humanos e da justiça social, e com a luta pela rápida administração da Justiça e pelo aperfeiçoamento das instituições jurídicas.

É necessário dar conteúdo social à democracia que estamos a construir no País. O que conseguimos até aqui foi estabelecer as condições básicas e preliminares para esse empreendimento. É preciso levá-lo adiante e a Ordem dos Advogados, como interlocutora da sociedade civil, precisa fazer-se cada vez mais presente e actuante.

Sem vínculos partidários, sem sectarismos ou pre-disposições ideológicas, a Ordem dos Advogados tem que continuar a marcar presença em numerosas frentes, onde a defesa dos direitos humanos, da ética, da cidadania e do Estado Democrático de Direito se faz necessária.

Não significa, porém, que deve fazê-lo desprovido de ideologia. Aliás, todo o acto humano afinal expressa ideologia. Mas a nossa ideologia, enquanto Ordem dos Advogados, é a da transformação democrática e positiva da vida dos cidadãos.

A Ordem dos Advogados não disputa espaço com o Poder Político. Ela é apenas a favor da sociedade, do bem comum, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito e é para que trabalhe e deve trabalhar.

E é dentro dessa missão de funcionar como consciência crítica positiva e construtiva perante as instituições, que centramos a nossa actuação. Não temos dúvida de que será sempre assim no futuro, pois não há outro modo de lutar pela justiça e pela

cidadania, senão pelo engajamento da sociedade em defesa de seus valores fundamentais.

A Ordem, estou certo, continuará, na gestão que hoje se inicia, o seu trabalho em prol da sociedade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me agora que me dirija aos meus queridos colegas que foram eleitos, que não me levarão a mal, que diga também uma palavra a todos aqueles que, tendo concorrido, não lograram vencer as eleições. Saudação que aqui dirijo na pessoa do Dr. José Manuel Caldeira, aqui presente a quem saúdo também com amizade e consideração, felicitando-o pelo facto de ter concorrido aos órgãos da Ordem, por ter mostrado para isso disponibilidade, vontade, método, energia, criando a respectiva equipe e apresentando a respectiva proposta de programa.

Mas hoje, naturalmente, o dia é daqueles que vão tomar posse. É o dia do Dr. Gilberto Caldeira Correia, o Bastonário eleito da Ordem dos Advogados de Moçambique, e do seu elenco.

É importante, do ponto vista cultural e comportamental, que quem cessa funções, ainda que continue a ser tratado por Bastonário, deixe trabalhar quem foi eleito. Por isso, permitam-me também uma especial saudação ao meu colega que ora será empossado como Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, o advogado Gilberto Caldeira Correia, e aos que ora serão empossados como membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Jurisdicional e do Conselho Directivo, a quem desejo muitas felicidades no desempenho deste mandato. Eu estarei sempre disponível para, se solicitado, dar o meu parecer, a minha opinião, mas no quadro daquilo que foi uma escolha livre e participativa dos advogados, que escolheram Vossas Excelências para dirigirem a nossa Casa e prosseguirem os grandes objectivos

da Ordem. Asseguro-lhe, ilustre Bastonário, que sempre que me pedir para dizer presente, eu cá estarei a reforçar a coluna para combater por uma boa causa. Muitas felicidades Gilberto Correia e sua equipe.

Caro Bastonário Eleito

Distintosa Colegas

O momento da campanha já passou. Por isso, não podemos, - insisto: não podemos, - prejudicar a instituição em razão de disputas internas pelo poder e que tornam os nossos discursos vazios. A democracia é ruidosa e o calor das campanhas eleva o tom das manifestações. Passado o calor das campanhas, o momento é de acção.

A Ordem dos Advogados precisa de ser exemplar e tem de assim se apresentar perante a sociedade, sob pena de comprometer a sua autoridade moral quando reclamar ética e integridade aos titulares de cargos públicos.

Em hipórtese alguma podemos cair nas armadilhas da política eleitoral, naquilo que Gilberto Freyre chamava de “*mais traiçoeira das políticas*”, em que os amigos, cegos pela fúria da competição, tornam-se às vezes piores que os inimigos, e os inimigos chegam a parecer melhores que os amigos.

Tratemos do futuro da Ordem, do futuro de Moçambique. É com estas palavras e com esta determinação de olhar para a frente que me despeço do cargo e tenho a honra de transmití-lo ao Colega Gilberto Caldeira Correia.

É preciso unificar a classe à sua volta, como felizmente o conseguimos fazer. Alguns dos que elogiei atrás e muitos outros de quem poderia falar, não apoiaram a nossa lista quando nos candidatamos e até se candidataram contra nós, como bem sabe.

Hoje a nossa Ordem está inteiramente pacificada e unida de forma inquebrantável. O momento é pois de maximizar o que nos une e minimizar o que divide. Por isso, a primeira grande tarefa de qualquer Bastonário é realmente unir a classe.

Deixo-lhe, Senhor Bastonário eleito, a Ordem incólume, com pernas para andar, isto é, com condições mínimas de funcionamento, condições que, quando nós assumimos a direcção, a Ordem não tinha. Hoje a Casa está minimamente arrumada, tem algumas finanças próprias para despesas correntes, tem pessoal administrativo próprio, incluindo um Director Executivo a tempo inteiro.

Por isso, com a mesma incontida emoção que experimentei ao assumir o cargo de Bastonário, vou transmitir-lhe a direcção da Ordem dos Advogados de Moçambique, com a certeza de que a saberá exercer e que a vai exercer muito melhor do que aquilo de que fui capaz.

Distintos Colegas

Deixo a direcção da nossa Ordem, mas não me despeço dos companheiros de muitas memoráveis jornadas em prol da nossa instituição, porque enquanto durar a minha passagem pela Terra continuarei empenhado em todas as batalhas, sinceramente convencido de que servir a Ordem dos Advogados de Moçambique significa servir Moçambique.

Muito obrigado

